

A GESTÃO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E ETNOGRÁFICO

Marilúcia Bottallo*

BOTTALLO, M. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 287-292, 1996.

RESUMO: A Documentação de Gestão Museológica, baseada em coerência de procedimentos e sistemática de organização, não é anterior a uma postura ética e científica que a orienta. Este texto pretende discutir as implicações de caráter conceitual que fornecem o perfil dos métodos e técnicas, dirigindo-os para objetivos específicos.

UNITERMOS: Documentação Museológica – Museologia – Gestão Documental.

O trabalho de gerenciamento patrimonial nos museus possui várias, e nem sempre conhecidas, facetas que vão desde as diversas especialidades ligadas à preservação de aspectos materiais e imagéticos dos objetos até a extroversão de seu potencial por meio de conceituações e processos que culminam nas exposições museológicas.

Um dos princípios básicos da idéia de museologia é o seu aspecto de permanência e a este alia-se, quase como uma consequência, o de reiteração. Em vista desta característica, a questão ideológica vem no cerne da discussão da museologia enquanto fazer. A Ciência Histórica modificou muito seus parâmetros de análise e sabemos agora que, como construção, é passível de modificar-se, de ser revista de acordo com as ‘necessidades’ ou mesmo possibilidades relativas ao tempo e espaço vividos.

Nesse aspecto, percebemos como mudanças conceituais afetaram profundamente a prática

coleccionista e interpretativa nos museus, gerando uma nova disciplina: a museologia.

A museologia possui um corpo conceitual e, trabalhando com os princípios da *cultura material*, traz à tona questões que cada vez mais potencializam os objetos para que seja possível, através dos trabalhos curatoriais, rever ou revelar aspectos científicos, culturais, sociais, biológicos, etc., que estão vinculados ao entendimento do próprio homem, seu ser e estar no mundo.

A faceta ideológica torna-se cada vez mais uma questão discutida de maneira aberta: a pluralidade social e cultural são, já há algum tempo, conjecturas necessárias da abordagem científica da História assim como da Museologia.

No entanto, há áreas de atuação mais sutis – no campo do tratamento da cultura material – que, muitas vezes, por uma questão de pressuposto, torna-se difícil abordar ou entender onde se encontram os aspectos conceituais e, portanto, ideológicos, que as norteiam.

É o caso dos diversos procedimentos relativos aos objetos em um museu – e aqui, aqueles de caráter arqueológico ou etnográfico – e que antecedem à exploração de sua musealização e as preocupa-

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Serviço de Curadoria, Equipe Técnica de Documentação Museológica.

ções expositivas. São os tratamentos Laboratoriais (extensão necessária do trabalho de campo do arqueólogo ou etnólogo), de Documentação de Gestão Museológica e das Ciências da Conservação.

Proponho a discussão de alguns aspectos conceituais do *tratamento documental* de objetos arqueológicos e etnográficos, embora acredite que tais questionamentos possam incluir a documentação de qualquer classe de objetos de museus ou aqueles com perspectiva de musealização.

Conquanto atualmente se tornem cada vez mais claras as diferenças, ainda é preciso ressaltar que os objetivos da Documentação de caráter Museológico são diferentes daqueles de um arquivo ou uma biblioteca. Essa diferença gera mudanças nas técnicas de abordagem, armazenamento e recuperação de documentos e informações. A própria formação dos vários profissionais também é distinta. O Documentalista de museus é um museólogo que trabalha em uma das áreas aplicadas da Museologia.

A informação tratada através dos procedimentos da Documentação de Gestão Museológica está diretamente associada à musealização dos objetos. De acordo com Waldisa Rússio, o processo de musealização de objetos e artefatos pressupõe três preocupações fundamentais: documentalidade, testemunhalidade e fidelidade (Rússio 1990). Tais aspectos remetem diretamente a questões que vão desde a busca, organização e sistematização das fontes geradoras dos fatos e seus testemunhos materiais, até a veracidade dos documentos e o compromisso com a possibilidade de expansão do conhecimento derivado de pesquisas junto às fontes, considerando a exposição museológica como momento culminante de todo esse processo e pensada sobre os pilares da preservação (material e potencial) dos registros (sobre qualquer tipo de suporte).

Os objetos de um museu são documentos que podemos considerar como fontes primárias: registros e testemunhos da existência do Homem e sua trajetória. Não obstante, restrinjo-me aqui àquela documentação primária (ou de outros graus) que é relativa àqueles mesmos objetos museológicos e que, de alguma forma, precedem ou, muitas vezes, substituem a consulta ou manipulação daqueles. Essa documentação é aquela que potencializa a enorme carga informativa dos objetos museológicos propriamente ditos.

A discussão sobre a Documentação Museológica parece fundamental uma vez que, cada vez

mais, as especializações nas diversas áreas aumentam e dão uma visibilidade ampla do campo de atuação do Museólogo.

Houve, no passado recente da museologia no Brasil e no mundo – em alguns ambientes museológicos isso ainda persiste –, uma confusão entre especialidades, áreas afins e aplicadas e, muitas vezes, o Museólogo Documentalista teve sua atividade identificada com a própria idéia do fazer museológico. Essa confusão não é de se estranhar, uma vez que sua origem está na própria maneira como foram estruturados os primeiros museus: em base a coleções que deveriam ser classificadas, catalogadas, descritas e, *eventualmente*, expostas ao público.

Nesse sentido, identifico aproximações e similitudes entre as abordagens da arqueologia e da etnologia como fazer, em seus conceitos primordiais e o caminho da museologia como ‘Ciência em construção’ (Rússio 1989).

Para abordar certas semelhanças, em primeiro lugar é preciso partir do pressuposto que a Arqueologia e a Etnologia são muito mais que atividades de observação, coleta, classificação e descrição de ‘fatos’ arqueológicos e/ou etnológicos, conceito esse que historicamente imperou porque validado por vários profissionais dessas áreas ao longo dos anos e que sucessivas gerações de cientistas tratam de modificar (Funari 1988). Essas atividades formam um *corpus* conceitual e possuem estatuto científico e, portanto, são ciências de construção de conhecimento, enquanto tal próximas da História ou das outras ciências sociais.

A idéia de construção implica que nos apoiemos nos fatos como pontos de partida para incursões mais sofisticadas e geradoras de conceitos, visões de mundo e interpretações que, também por característica, não podem abarcar a universalidade dos fenômenos históricos, sociais e culturais da humanidade.

Cada vez mais se evidenciam essas questões através das diversas ideologias políticas e econômicas que sustentam ou são sustentadas pela estreita ligação que mantêm com a área científica, a tecnologia e todas suas aplicações.

Assim, a Museologia não é o estudo dos museus, mas dos fenômenos sócio-culturais que envolvem fazeres diferenciados da produção humana e orientadas por uma abordagem específica: a da cultura material em um espaço institucional. O

museu não é mais apenas uma vitrina,¹ mas um local de produção (e por vezes, reprodução) de conhecimento.

Louis Althusser (1985), pensando na questão do fazer científico na área da educação – além de tratar das organizações ‘para-oficiais’, tais como a Igreja e a burocracia –, desenvolveu a teoria de controle social introjetado através desses organismos que se mantêm aparentemente desvinculados do poder estatal e policiaresco, mas que são fundamentais no processo de doutrinação e submissão da sociedade de maneira que esta não tenha mecanismos de percepção da rede de relações implícita nos procedimentos burocráticos, formalismos, costumes, etc.. Althusser não aborda a questão dos museus. Porém, essa ligação não me parece uma impossibilidade, pois o processo de reiteração nestes, seja de um determinado conceito educacional e cultural, assim como o de sociedade é mais do que uma simples intuição: é reforçado através de uma aparente desvinculação de questões ideológicas imediatas. Se assim não fosse, muitos professores de cursos de 1º e 2º grau não procurariam os museus como forma de ilustração tri-dimensional de suas aulas – em geral – de história e geografia.²

Não se pode falar de uma intenção ideológica clara ou evidente no que se refere aos Documentos e, principalmente, à *documentação primária*³ que alimenta nossos arquivos, fichários, etc.. No entanto, não apenas o formato, suporte e gênero dos documentos e seus procedimentos de registro, assim como o tipo de informação selecionada, são indicadores do caráter de uma sociedade e sua

maneira de transmissão de cultura e valores e, muitas vezes, da própria manutenção do status quo dado pela permanência das instituições, a inculcação de valores e a explicação mesma do princípio gerador daquela sociedade.⁴

É preciso deixar claro que entre o ‘fato’ – arqueológico e etnológico – e seu registro há uma reflexão sobre o mundo que permitiu que tal registro tivesse determinado aspecto. As informações que temos condições de extrair de um objeto ou artefato estão condicionadas por valores que incluem *a priori* científicos, históricos, sociais, comportamentais e até burocráticos, não somente dos observadores e estudiosos dos fenômenos como daqueles que vivenciam e perpetuam práticas, procedimentos, crenças, ritualísticas, etc..

Essa característica não apenas condiciona a apreensão de determinadas informações que são pertinentes em relação aos fatos, como também sua forma de registro e, por consequência, determina o *esquecimento* ou descarte de outros dados: aqueles que não ‘interessam’.

A forma do registro não é sinônimo de seu gênero documental: registros escritos, orais, visuais, sonoros e que estabelecem, muitas vezes, estudos especializados. Porém, seu formato já nos dá indicações do tipo de dados que podemos extrair no processo de elaboração de teorias. São os cadernos de campo, mapas, diários, narrativas, processos e procedimentos diversos, mas também tradições orais, contos, costumes ancestrais, hierarquias, gestuais, regras de etiqueta, etc., que dão para o pesquisador uma fonte de informações, muitas vezes, distinta daquela que corresponderia à ‘função original’⁵ do documento.

Atualmente, acresce que o discurso da pluralidade tornou-se uma premissa: é preciso, se quisermos ser coerentes e científicos, incorporar os discursos dos vários ‘excluídos’ da História oficial e

(1) Na verdade nunca o foi. Essa maneira de pensar também foi fruto de uma construção histórica onde a discussão sobre a alteridade foi colocada em segundo plano em nome de uma pretensa neutralidade equivocadamente reivindicada como princípio científico.

(2) Há por parte de amplo número de profissionais de museus e da educação um entendimento desse tipo de distorção e que vem sendo corrigida com um atendimento especializado a professores e alunos através dos vários serviços educativos de museus, além da reformulação conceitual das exposições museológicas.

(3) Também chamada de fonte primária, o que em Ciência Histórica é considerado o próprio Documento, ou seja, o registro produzido junto ao fato, servindo, então, de base para a formulação de teorias e interpretações de caráter conceitual. São as cartas, testamentos, depoimentos, cadernos de campo, os objetos de cultura material, etc..

(4) Que pode ser religioso, místico, científico, etc., mas que sempre aparece como anterior à própria estruturação da sociedade enquanto tal, resultando em uma divisão hierárquica específica assim como estruturas econômicas e políticas que correspondam a tais princípios fundadores.

(5) Esta função pode ser dada por uma característica primeira como, por exemplo, a dos testamentos, criados como instrumento jurídico de expressão de último desejo, mas muito utilizados para construção de teorias que amparam as abordagens das histórias econômicas, das mentalidades, do cotidiano, das instituições, etc..

a documentação existente precisa pensar essa questão. No entanto, esse desejo legítimo de voz e expressão acabou gerando – porque mal apreendido – armadilhas que beiram um tipo de carceragem sob a aparência do ‘politicamente correto’.

Os documentos em seus vários suportes e formatos devem tratar de alguma forma a diversidade das diferentes culturas. No entanto, nunca será possível abarcar a totalidade dos fenômenos que nos circundam, seu registro e todas as infinitas possibilidades de memórias que podem gerar aqueles fatos (matéria-prima). Essa angústia documental, além de inesgotável, criaria o que Bezerra de Menezes classifica como ‘simulacro de presente petrificado em memória’ (Menezes 1990).

Por causa desta impossibilidade de registro constante e permanente, que poderia produzir o oposto do que se deseja, percebemos como a documentação pode fornecer dados para uma interpretação de aspecto múltiplo. Um documento, assim como um objeto de museu,⁶ são ‘fontes’ para interpretações, mas que, de alguma forma, já refletem uma determinada visão de mundo, o que não impede que, como documentos, sejam constantemente reavaliados e reinterpretados pelas várias teorias e princípios que norteiam a história e, por conseguinte, a arqueologia e a etnologia.

Cabe questionar qual o pressuposto da documentação e onde encontrar o que se classifica como a ‘verdade’ dos fatos ou a manutenção de princípios científicos. Existe sempre um processo de intermediação: entre os fatos e seu registro há uma forma de ver o mundo que vai condicionar a maneira como este será conhecido, reconhecido e interpretado. A ‘verdade’ passa a ser um outro conceito e, portanto, relativo e vinculado ao olhar que interroga e responde àquelas informações.

A elaboração dos processos de memória trabalha com uma dualidade que, aparentemente, se relaciona por oposição: permanência e esquecimento. Se a Memória, assim como a História, necessita do esquecimento para adquirir relevância e, no limite, seu próprio estatuto enquanto tal, então podemos pensar se a seleção se dá por um processo ‘natural’ – psicológico ou biológico – ou cultural, que implica em um condicionamento prévio do olhar, do

sentir e da própria vivência. Essa imposição aparece não somente nos processos mnemônicos mas também envolve a seleção implícita nos procedimentos técnicos próprios da documentação.

Portanto, a pretensão ‘pré-ideológica’ apresenta-se como uma impossibilidade cultural, assim como o desejo de coletar, registrar, arquivar e divulgar o conhecimento *total* e as infinitas interpretações derivadas das várias e múltiplas memórias. Corre-se o risco de uma incursão neo-iluminista ou neo-enciclopédica pelo mundo da informação e, no entanto, interminável, pouco reflexiva ou esclarecedora.

A consistência dos procedimentos documentais e técnicos está justamente na possibilidade de proporcionar o contato com algo que se aproxima muito da fonte dos ‘fatos’, da matéria-prima da História. No entanto, não é possível reivindicar para a documentação o estatuto de verdadeira no seu sentido mais conceitual – de portadora de uma exatidão ou certeza incontestável relativamente às informações e idéias que expressa – mas sim nos seus aspectos de correção, legibilidade, autenticidade, legitimidade e fidelidade, que tornam o documento aquilo que mais próximo existe relativamente à realidade experimentada. Essas discussões são resolvidas em relação à Documentação através de questões de Método.

Os arquivistas são muito claros quando abordam o princípio da ‘verdade documental’ baseando-se não em aspectos reflexivos ou de conteúdo mas no que concerne ao aspecto jurídico e à idéia de unicidade e objetividade das séries documentais (Herrera 1992).

Os documentos são os únicos testemunhos que nos restam como resultado da passagem do ser humano através do tempo e do espaço. Através deles geramos informações, construímos, constantemente, memórias e processos histórico-sociais e culturais.

O uso dos documentos na elaboração de sintaxes teórico-metodológicas vai ser condicionado tanto pelos seus diferentes suportes – escritos, visuais, sonoros, auditivos e, incluindo agora os suportes virtuais – como pelas formas de registro – textos, cartas, vídeos, filmes, fotografias, etc..

O mundo sofreu uma grande transformação com a revolução que impôs a palavra escrita como força de registro sobre a oralidade. Suas características específicas aliadas ao advento da imprensa proporcionaram mudanças nas formas de ver e inter-

(6) Esta tautologia ainda se faz necessária como afirmação do potencial documental de qualquer forma de registro, ou ainda de qualquer tipo de produção, destacando os objetos de cultura material.

pretar os fatos do mundo. Até mesmo a idéia de poder foi modificada: a democratização do conhecimento através da oportunidade de amplo acesso à informação tornou-se um aspecto tão valorizado da cultura ocidental que até hoje somos influenciados por esse fator. Por isso a necessidade que temos de 'imprimir', de transformar em palavra escrita, qualquer tipo de produção e experiência, científica ou não.

A virtualidade das novas formas de registros, a facilidade de reproduções e a extrema rapidez das possibilidades de falsificações que têm sido impostas a usuários e gestores, seja pela sofisticação dos meios informatizados como por um acesso muito ampliado e sujeito a revisões constantes, exige dos museólogos documentalistas novas formas de abordar os documentos sob os pontos de vista de sua armazenagem, recuperação, conservação e controle de acesso. É necessário, também, rever conceitos como o de originalidade.

No entanto, persiste a questão sobre quais recortes da realidade os documentos continuarão sendo usados como instrumentos de seleção de fontes.

Em um ambiente museológico, o princípio que norteia a organização das informações é pensado pelo museólogo documentalista tendo como preocupação principal a coleta, triagem, organização, controle, armazenagem, recuperação e divulgação dos registros que possam servir de base para o desenvolvimento dos trabalhos de caráter curatorial e sua extensão através das exposições relativas às coleções que o museu abriga.

Todo o controle relacionado à movimentação dos objetos dentro e fora do museu são de responsabilidade do museólogo documentalista, além de cuidar também do gerenciamento de risco e da formalização da situação legal das coleções. Para alcançar tais objetivos trabalha com sistemáticas controladas que vão dar forma e sentido às informações armazenadas, racionalizando seu uso e acesso.

Algumas das estratégias de sistematização são: o uso de vocabulários controlados, normatização, padronização na produção de novos documentos, arquivamento hierarquizado, procedimentos baseados em legislação existente, submissão aos códigos de ética específicos da área, etc..

A importância da documentação, considerada como o método de controle de unidades de informação e dados, e a inovação nas suas formas de registro, alcançaram limites em que, mui-

tas vezes, a própria experiência foi trocada pelo seu registro.⁷

Para a museologia, essa questão parece fundamental, pois a experiência museológica de contato (basicamente visual) com os testemunhos autênticos do nosso passado muitas vezes é substituída pelas linguagens de apoio e materiais de caráter didático ou de divulgação (linguagens multimídia, CD's ROM, cartelas de slides, postais, etc.).

Não existe técnica que se sobreponha ao conceito ou que o anteceda. Do contrário não caberiam as críticas aos sistemas burocratizados e suas redes organizadas – ou não – de 'papéis', hierarquias, etc., que acumulam demasiada e desnecessariamente o ser humano, mas que servem a um propósito claro: a manutenção do próprio sistema.

Da mesma forma, não há descrição⁸ que anteceda uma narração. Aquela, assim como os sistemas de classificação, obedece a uma lógica determinada e que implica em hierarquizações.

Para que possamos nos aproximar da 'verdade' ou, com mais certeza, da legitimidade da experiência ou realidade vividas e registradas, os documentos precisam manter uma linguagem extremamente controlada porque é através desses procedimentos que poderemos democratizar a informação.

A técnica serve, em momentos distintos, para vários fins. No que tange à Documentação Museológica, os gestores buscam servir ao conhecimento, de caráter científico ou não. Mas não é anterior ou diferente deste no seu aspecto de produção. A técnica é construída e, por isso mesmo, sujeita a revisões e atualizações constantes em busca da manutenção dos princípios aos quais serve.

Para servir aos princípios da pesquisa e da ciência e valendo-se de metodologia própria, o documentalista de museus deve ser um profissional que pauta sua atuação em bases éticas rígidas que garantam a permanência do estatuto do

(7) É o caso dos rituais de passagem (casamentos, batizados e outros) cuja importância enquanto prática normalizada, em diversos meios sócio-culturais, foi substituída pela possibilidade de permanência do evento através dos registros - especialmente os visuais: fotografias, filmes e vídeos.

(8) Método bastante empregado na Documentação Museológica para identificação de objetos, por meio de vocabulário controlado.

documento enquanto tal. Como especialista e gerenciador de informações, esse profissional lança mão de métodos de organização, classificação, ordenação, graduação e recuperação de fontes

como resultado de reflexões que buscam alcançar um objetivo claro: a reelaboração constante do ser humano adivinhado por intermédio de sua própria produção.

BOTTALLO, M. The documental management of archaeological and ethnographical patrimony. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 287-292, 1996.

ABSTRACT: The Documentation related to Museum collection management is based in coherency of procedures and sistematic organization. Not withstanding it does not precede scientific or ethical orientations. This text aims at discussing the conceptual implications that give profile to methods and techniques guiding them to specific goals.

UNITERMS: Museum Documentation – Museology – Collection management.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L.
1985 *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro, Graal.
- BRODY, J.J.
1991 *Meanings of things*. Museum News November/December, American Association of Museums: 58-61.
- CASE, M.
1988 *Registrars on Records. Essays on Museum Collection Management*. American Association of Museums.
- FUNARI, P.P.A.
1988 *Arqueologia*. Editora Ática, São Paulo.
- HERRERA, A.H.
1991 *Arquivos, Documentos e informação. O Direito à Memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH, São Paulo.
- HORTA, M.L.P.
1995 *A integração abrindo fronteiras*. Palestra proferida no 1º Encontro de Museus do Mercosul. São Miguel das Missões, RS.
- LOUZADA, N.M.
1991 *Diferentes suportes para a memória. O Direito à Memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH, São Paulo.
- MENEZES, U.B.
1992 *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 34: 9-24.
- POMIAN, K.
1988 *Musée Archéologique: art, nature, histoire*. Le Débat: Mars/Avril, Ed. Gallimard, 49: 57-68.
- RUSSIO, W.
1989 *Museu, Museologia, Museólogos e Formação*. Revista de Museologia. IMSP/FESP, São Paulo, 1 (1): 7-11.
1990 *Conceito de Cultura e sua inter-relação com o Patrimônio Cultural e a Preservação*. Cadernos Museológicos nº3. IBPC, Rio de Janeiro.

Recebido para publicação em 15 de agosto de 1996.